

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO BRASIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Karla Cardoso Coelho¹, Alisandra Queiroz da Silva Oliveira², Anne Luz Marques Pacheco³, Claudia Veronica Mendoza Duenas⁴, Maria Luísa Carvalho da Silva⁵

1 Docente em Nutrição, Afya Centro Universitário São Lucas,

karla.coelho@email.com

2 Graduanda em Nutrição, Afya Centro Universitário São Lucas,

alisandraqueiroz@gmail.com

3 Graduanda em Nutrição, Afya Centro Universitário São Lucas,

anneluzmarques@hotmail.com

4 Graduanda em Nutrição, Afya Centro Universitário São Lucas,

claudiavmd@hotmail.com

5 Graduanda em Nutrição, Afya Centro Universitário São Lucas,

luisanutrica042@gmail.com

INTRODUÇÃO: A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), instituída em 1999, representa um marco estratégico no Sistema Único de Saúde (SUS), consolidando a alimentação como direito humano fundamental e determinante da saúde. Suas diretrizes buscam fortalecer a segurança alimentar e nutricional (SAN) no Brasil por meio de ações integradas que envolvem vigilância nutricional, promoção da alimentação saudável, qualificação da força de trabalho e articulação intersetorial. A Atenção Primária à Saúde (APS) é o principal espaço para operacionalizar essas ações, devido à proximidade com a comunidade e potencial para consolidação da promoção da saúde e prevenção de agravos. **JUSTIFICATIVA:** Apesar dos avanços desde sua implementação, a efetividade da PNAN enfrenta desafios diante da transição nutricional no Brasil, marcada pelo aumento do sobrepeso e da obesidade, bem como pela persistência da desnutrição em grupos vulneráveis, como povos indígenas, comunidades quilombolas e populações em insegurança alimentar. Analisar a evolução da PNAN e suas

contribuições para a APS é relevante para identificar avanços, limites e lacunas, contribuindo para o subsídio de políticas públicas mais eficazes e promoção da equidade em saúde.

OBJETIVO: Analisar a evolução das iniciativas de nutrição na APS no contexto da PNAN no Brasil, identificando seus impactos na promoção da alimentação adequada e saudável. **METODOLOGIA:** Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva, com delineamento bibliográfico de revisão. Foram analisados documentos oficiais, artigos científicos de bases como SciELO, PubMed e LILACS, além de publicações institucionais do Ministério da Saúde. Os critérios de inclusão consideraram relevância temática, publicação nos últimos 20 anos e disponibilidade digital. As análises buscaram identificar marcos normativos, estratégias institucionais, impactos e desafios da PNAN na APS, com destaque para programas e ações de vigilância nutricional, suplementação e promoção da alimentação saudável. **RESULTADOS**

E DISCUSSÃO: A PNAN viabiliza programas estratégicos que fortalecem a SAN e a APS, como o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), o Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF), o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A (PNSVA), a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB), o Programa Saúde na Escola (PSE) e o NutriSUS. Essas iniciativas contribuem para a prevenção de deficiências nutricionais, promoção de práticas alimentares saudáveis e fortalecimento da educação alimentar desde a infância. Dados do Sistema de Informação da APS (SIAB) mostraram crescimento das atividades coletivas sobre alimentação saudável de 0,3 mil em 2013 para 591 mil em 2019, com participantes aumentando de 0,3 milhão para 15,3 milhões, evidenciando maior inserção da promoção da alimentação saudável no território nacional. O Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI-2019) indicou avanços no aleitamento materno, com aumento da amamentação exclusiva em menores de seis meses. Apesar dos progressos, os desafios persistem. A desnutrição crônica em menores de 5 anos caiu de 13,3% (2009) para 11% (2018), mas a meta é 7,4% até 2025. A desnutrição aguda reduziu para 4,4%, próxima da meta de 5%. Em contrapartida, o baixo peso ao nascer aumentou de 6,4% (2005) para 9,6% (2018). A anemia infantil ainda afeta 43% das crianças menores de 5 anos, enquanto entre mulheres em idade fértil atinge 20,6%, distante das metas. No consumo alimentar, apenas 21% da população consome cinco porções de frutas e hortaliças diariamente, e 2,3% consome menos de 5 g de sal por dia. A execução da PNAN requer avanços estruturais, ampliação da integração intersetorial, qualificação contínua dos profissionais de saúde e enfrentamento simultâneo da obesidade e da desnutrição. A consolidação dos resultados depende da implementação consistente de políticas públicas e do fortalecimento da articulação entre setores sociais envolvidos na promoção da saúde e da nutrição. **CONCLUSÃO:** A PNAN representa um instrumento essencial no que diz

respeito à saúde coletiva no Brasil. Os resultados apontam avanços importantes, refletidos no fortalecimento das políticas de alimentação e nutrição e na ampliação de estratégias voltadas à promoção da saúde da população, além de práticas educativas que têm alcançado milhões de brasileiros. Contudo, persistem desafios relevantes relacionados ao enfrentamento da dupla carga de má nutrição, expressa tanto na persistência da desnutrição e da anemia em grupos vulneráveis quanto no crescimento do sobrepeso e da obesidade. Assim, conclui-se que, embora a PNAN tenha promovido progressos significativos para a melhoria do estado nutricional da população, sua efetividade depende da intensificação das ações intersetoriais, do investimento contínuo em educação alimentar e nutricional, da qualificação dos profissionais de saúde e da ampliação do acesso a alimentos saudáveis, fatores fundamentais para que a mesma alcance de forma mais efetiva a população.

Palavras-chave: Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Atenção Primária à Saúde. Segurança Alimentar e Nutricional.